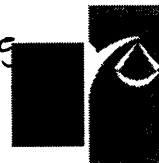


Recusado em 07/10/25
às 15:02 h.
Raíssa Soares.



PARECER JURÍDICO - 656/2025

Assunto: Resposta ao Memorando nº 858/2025 - LIC/SEFAZ

EMENTA: LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. CONTRATAÇÃO INTEGRADA. OBRAS DE SANEAMENTO. APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021. ANÁLISE DA FASE PREPARATÓRIA (DFD, ETP, ANTEPROJETO, ORÇAMENTO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, MATRIZ DE RISCOS). CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

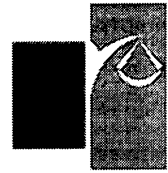
1 - RELATÓRIO

Trata-se de pedido de parecer jurídico formulado pelo Setor de Licitação/SEFAZ, através do **Memorando nº 858/2025**, referente a solicitação de um parecer para o pedido de abertura de Processo Licitatório, em cumprimento ao artigo 53 da Lei 14.133/2021, em relação **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 179/2025, CONCORRÊNCIA Nº 028/2025, com o objeto de contratação Contratação integrada de empresa especializada em serviços de engenharia para obra de saneamento integrado com execução de drenagem e manejo de águas pluviais com adequação nas redes de abastecimento de água e esgoto nos pontos de interferência no município de Cataguases-MG (Córrego lava pés)**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital.

A devida solicitação veio através do Setor de Licitação/SEFAZ conforme memorando nº 858/2025, as exigências estabelecidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) Lei nº 14.133/2021, no que se refere ao planejamento, elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, obtenção de cotações de preços, em total conformidade com as instruções normativas pertinentes.

A obra a ser contratada se faz necessária uma vez que A obra de Saneamento Integrado do Córrego Lava Pés se justifica à medida que se demonstra como uma solução visando minimizar os constantes alagamentos que ocorrem na Avenida Astolfo Dutra, uma região central da cidade de grande importância residencial e comercial. Cabe ressaltar que o córrego recebe lançamentos diretos de diversas redes, sobrecarregando o canal e causando transtornos a população. Nesse sentido, o Plano Municipal de Saneamento Básico de Cataguases (2016) identificou a ausência de dispositivos de drenagem e o lançamento inadequado de águas pluviais em pontos sem capacidade de escoamento como problemas estruturantes do município, destacando o estrangulamento do Córrego Lava Pés como um dos principais entraves ao sistema de drenagem urbana. A proposta de intervenção é:

>**Construção de extravasor** para reduzir sobrecargas e controlar níveis de água em eventos críticos.



>**Readequação dos receptores de esgoto** localizados na área de intervenção, garantindo a separação e a integração corretas entre esgotamento sanitário e drenagem pluvial.

>**Intervenções complementares** previstas para assegurar o nível de serviço desejado e a durabilidade das soluções hidráulicas.

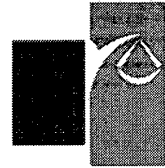
No Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência acostados, optou-se pela realização no regime de Contratação Integrada pelas vantagens de ordem técnica e de ordem econômica. Sobre a parte técnica deve ser pontuado que o objeto da presente contratação envolve condições que permitem a “inovação tecnológica ou técnica” e possibilidade de adoção de novos métodos de execução, seu aperfeiçoamento ou o uso de diferentes metodologias técnicas ou operacionais, para tanto será disponibilizado o anteprojeto para que os licitantes possam estudar e propor inovações e diferenciações nas suas propostas, as propostas apresentadas poderão apresentar diferenciais desde que seja comprovado a vantagem (superioridade ao projeto original) em redução de custos, melhoria de qualidade, menor duração ou prazo de execução, e menor custo de manutenção ou operação.

Por seu turno no que diz respeito as vantagens econômicas podemos alistar: a) No regime de contratação integrada, a empresa contratada elabora os projetos básicos e executivos e responde por eventuais falhas ou incompatibilidades, reduzindo a necessidade de aditivos por erros de projeto. B) Como a mesma empresa é responsável pelo projeto e pela execução, elimina-se impasses entre projetista e construtor e diminui-se o risco de alterações contratuais por variações de quantitativos ou serviços. C) Além disso, as obras só começam após a finalização dos projetos, o que permite início imediato da execução e acelera o cronograma da obra.

Percorrendo pelos textos trazidos à baila, ressalto que os trabalhos serão norteados pela legislação vigente, normativas relacionadas a intervenções e saneamento, objetos de operações de repasse/financeiro.

Ademais, foi firmado o Contrato de Repasse entre União Federal e Município de Cataguases para o custeio de obras obra de saneamento integrado com execução de drenagem e manejo de águas pluviais com adequação nas redes de abastecimento de água e esgoto nos pontos de interferência no município de Cataguases-mg.

O termo de referência traz como exigências: atendimento a critérios de sustentabilidade, de modo a se atender requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratação Sustentável. Ademais foi feita a menção a vedação a subcontratação, foram atribuídas garantias da contratação que estão melhor descritas no contrato. Ademais não há vedação de marcas ou produtos, desde que atendido os requisitos da contratação. Foi também estabelecida vistoria para a avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. **Em caso de não realização da vistoria será feito o seguinte: “5.4 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.**



5.5 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.”

O presente expediente consta com o valor estimado de contratação em o valor total é de R\$9.068.076,49 (Nove milhões quatrocentos e sessenta e oito mil, setenta e seis reais e quarenta e nove centavos) para a obra estimada em 756m. Ademais é estabelecido que o prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a contar da data de homologação, podendo ser prorrogada, de acordo com a Lei vigente.

Sobre a dotação orçamentária para a contratação foi informado no item 13 do Termo de Referência:” “As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor.

13.2. A contratação será atendida pelos seguintes centros de custos:

Secretaria de Obras

Proj./Ativ. 1.017 Revitalização de Córregos municipais

Ficha 743 - 4.4.90.51.00.00.00.00 Recurso 1.700.000.0000.000 - outras

transferências de convênios ou instrumentos congêneres da união –

Repasse:8.700.000,00

Proj./ativ 1.017 Revitalização de Córregos Municipais”

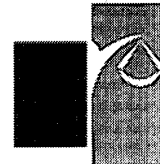
Ficha 743- 4.4.90.51.00.00. Recurso 1501.000.0000.000 – Obras e Instalações –

Contrapartida:368.076,49

Os serviços a serem contratados tem natureza de obra, conforme previsto no:

“Art.6º. Para fins desta Lei, consideram-se: (...)

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;



Ademais, o **critério de julgamento adotado será o menor preço global** observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto. A descrição complementar dos itens constantes da Relação de Itens encontrar-se-á nos anexos do edital.

Conforme estipulado na CLÁUSULA PRIMEIRA, item 1.2 :” A licitação será realizada em grupo único, formado por itens e subitens, conforme tabela constante na Planilha Orçamentária, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.”.

Aplicar-se-á ao presente procedimento os Princípios legalidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, publicidade, eficiência, oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, sempre objetivando o melhor resultado possível para a Administração Pública de Cataguases. (grifo nosso).

É a síntese do necessário. Passo a opinar.

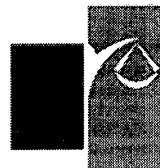
Conforme tratado no estudo técnico preliminar, A obra de Saneamento Integrado do Córrego Lava Pés se justifica à medida que se demonstra como uma solução visando minimizar os constantes alagamentos que ocorrem na Avenida Astolfo Dutra, uma região central da cidade de grande importância residencial e comercial, onde se encontra a Escola Estadual Coronel Vieira, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Centro Cultural Sicoob Coopemata, Colégio Soberano, Energisa Posto de Atendimento, entre outros. Estes alagamentos ocorrem rapidamente com pouco volume de chuva, uma vez que o canal existente que recebe toda água da cabeceira Córrego Lava Pés não possui capacidade de suportar tal demanda, causando grandes transtornos e prejuízos à população.

NO ETP foi concluído que a melhor solução seria a Contratação Integrada de Empresa de Engenharia para a obra de saneamento integrado com execução de drenagem e manejo de águas pluviais com adequação nas redes de abastecimento de água e esgoto nos pontos de interferência no Município de Cataguases /MG (Córrego lava pés). Tal opção se deu por razões de vantajosidade técnica. Uma vez que O objeto da presente contratação envolve condições que permitem a “inovação tecnológica ou técnica” e possibilidade de adoção de novos métodos de execução, seu aperfeiçoamento ou o uso de diferentes metodologias técnicas ou operacionais.

Conforme, consta no ETP não será admitida a subcontratação do objeto contratual. Ademais, no Tópico 4.3 foi estabelecido que será exigida a garantia da Contratação.

Outrossim, não há vedação de marcas ou produtos, desde que atenda a todos os requisitos do edital. Foi também estabelecida como condição indispensável a realização de vistoria *prvia* do

FRANK



local da execução de serviços para conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.

No tópico 6 do ETP trata da execução do objeto, estabelecendo entre outras regras a seguinte:

“6. EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.”

Quanto critérios de medição e pagamento cabe ressaltar que a medição será realizada mensalmente, pelo Secretário de Obras ou Fiscal de Obras. Ademais, foi salientado que a contratante buscara evitar que a Contratada execute apenas as parcelas (itens da planilha orçamentária).

Quanto ao pagamento a cláusula 9.4.1 do ETP estabelece que : “Aprovada os valores, os documentos fiscais deverão ser entregues até o 8º (oitavo) dia útil do mês seguinte ao medido na PREFEITURA, considerando os preços unitários constantes de sua proposta.”

A contratação terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses a contar da data de homologação, podendo ser prorrogada, de acordo com a Lei vigente.

Por fim, o ETP trouxe diversas considerações sobre como dera ser o projeto básico e executivo a ser feito pelo licitante vencedor.

Ao final do Estudo técnico preliminar paginas 90 e seguintes foi apresentado o memorial descritivo e especificação técnica, contemplando o anteprojeto da obra a ser licitada.

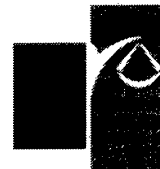
Com o edital a ser publicado vieram os seguinte anexos: 1) planilha orçamentaria

2) minuta do contrato 3) modelo de declaração que atende as habilitações

4) modelo de declaração de cumprimento as leis .

5) modelo de declaração de empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural, pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa,

Com o memorando veio o anexo VI do edital no qual consta o calculo do BDI adotando formulas e parâmetros que levaram em conta as orientações do Tribunal de Consta da Unida.



Ademais, no anexo VIII, veio o Ofício: SO-407/2025 na qual esta em anexo a declaração do setor requisitante e diversos documentos que embasaram a elaboração da minuta final do edital, tais como: ETP, TR, Anteprojeto, Relatório fotográfico, Planilha Orçamentaria, BDI e Cronograma Físico Financeiro.

Também consta como anexo do edital um documento de SONDAGEM DE SIMPLES RECONHECIMENTO DO SOLO.

2 - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Dentre as formas de a Administração Pública atender às demandas da sociedade, destacam-se a execução de obras e a prestação de serviços de engenharia. Exemplos de obras públicas incluem a construção de edifícios, como escolas e hospitais, ruas e estradas, sistemas de água e esgoto, metrô, aeroportos e muitas outras. Além disso, há serviços de engenharia que incluem a manutenção de prédios, pequenas reformas e adaptações que preservam as características originais dos imóveis, bem como o desenvolvimento de projetos.

Uma obra pode ser definida como a ação de construir, executar ou edificar algo, reformar para alterar substancialmente as características de partes ou do todo de uma obra, ou ampliar para aumentar a área construída de um bem.

A Lei 14.133/2021 define obra e serviço de engenharia:

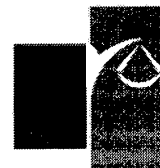
Lei 14.133/2021, art. 6º, incisos XII e XXI.

Art. 6º [...] XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel. [...]

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do *caput* deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso;



A Lei 14.133/2021 estabelece os regimes para a contratação e execução indireta de obras e serviços de engenharia, os chamados regimes de execução.

Cada regime de execução terá implicações diversas na modelagem da licitação e na gestão contratual de uma obra ou de um serviço de engenharia, a exemplo da forma como os pagamentos serão realizados, do parcelamento do objeto ou da alocação de riscos por falhas na quantificação dos serviços.

Os regimes dispostos na Lei 14.133/2021 são:

Os regimes dispostos na Lei 14.133/2021 são:

- a) contratação por tarefa;
- b) empreitada integral;
- c) fornecimento e prestação de serviço associado (RFPSA);
- d) empreitada por preço unitário (EPU);
- e) empreitada por preço global (EPG);
- f) contratação integrada; e

g) contratação semi-integrada.

Além de cada regime ter suas particularidades quanto aos projetos e à licitação, a escolha do regime de contratação impacta a forma de fiscalizar a executar o contrato.

No que tange à forma de medição e de pagamento dos serviços, a Lei 14.133/2021 dispõe que os regimes de execução por empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada serão licitados por preço global e adotarão sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado. Nesse caso, é proibida a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

Ou seja, nesses regimes é vedado medir os serviços com base nos quantitativos e preços unitários, mas esses quantitativos e preços continuam sendo necessários para balizar o orçamento de referência da administração e, posteriormente, permitir aditivos contratuais e ajustes no cronograma.

No caso em tela foi determinada a Empreitada por preço global (EPG). Na empreitada por preço global, a obra será contratada “por preço certo e total”⁵. Tendo em vista essa definição, esse regime é indicado quando as quantidades dos serviços a serem executados puderem ser definidas com precisão. Por essa razão, o regime de empreitada por preço global exige que o projeto licitado permita o levantamento dos quantitativos com elevada



acurácia, bem como que contenha um detalhamento completo de todos os componentes da obra, a fim de que a incerteza seja mínima na orçamentação da obra.

No regime de empreitada por preço global, a medição e o pagamento do contratado são feitos após a conclusão de cada marco contratual, parcela ou etapa da obra⁵⁸⁸, previamente definida em um eventograma (ou tabela com eventos geradores de pagamento). Deve ser asseverada que conforme já foi supracitado que o edital estabelece regramento próprio nesse sentido, revelando ser tal regime o mais adequado para a licitação em questão.

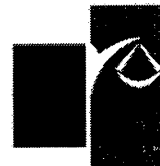
O MANUAL DO TCU sobre licitações e contrato elucida sobre o conceito de contratação integrada.

“A Lei 14.133/2021 define contratação integrada como:

Art. 6º [...] XXXII - contratação integrada: o regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

Na contratação integrada, a Administração realiza a licitação com base no anteprojeto e a elaboração dos projetos básico e executivo fica a cargo do contratado, que assumirá a responsabilidade integral pelos riscos associados ao projeto básico⁵⁸⁹. Nesse regime, a Lei 14.133/2021, art. 46, § 3º Administração deve definir com clareza como se dará a divisão dos demais riscos entre contratante e contratada, por meio de uma matriz de riscos.

Nesse regime de execução, o edital deverá conter o anteprojeto, que é uma peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, que deverão contar diversos elementos tais como:



- a) demonstração e justificativa do programa de necessidades, avaliação de demanda do público-alvo, motivação técnico-econômico-social, do empreendimento, visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado;
- b) condições de solidez, de segurança e de durabilidade;
- c) prazo de entrega;
- d) estética do projeto arquitetônico, traçado geométrico e/ou projeto da área de influência, quando cabível;
- e) parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade;
- f) proposta de concepção da obra ou do serviço de engenharia;
- g) projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção proposta;
- h) levantamento topográfico e cadastral;
- i) pareceres de sondagem; e
- j) memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação.

Após análise, averigua-se que os documentos presentes no memorando objeto de análise cumpriram tais requisitos. Nesse caso, é necessário que o orçamento detalhado mencione o valor estimado, incluindo BDI e encargos sociais, condições essa comprovada pelo documento que compõe ao memorando.

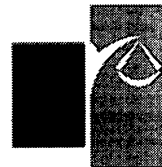
Para fins de elucidação cumpre ressaltar que o MANUAL DO TCU versa sobre a habilitação técnica: Os critérios de habilitação técnica, previstos no art. 67 da Lei 14.133/2021, prestam-se a comprovar que o licitante possui a qualificação técnica necessária para bem executar o objeto da contratação. Referem-se, portanto, a características inerentes ao licitante, não se confundindo com os critérios técnicos de aceitabilidade da sua proposta, relacionados ao objeto da contratação.

A documentação para habilitação técnica deve comprovar, a depender do tipo de objeto a ser contratado, a qualificação técnico-profissional e a técnico-operacional cumulativamente.

Cumpre ressaltar que o edital foi rigoroso exigindo a demonstração das habilitações no patamar máximo permitido pelo ordenamento jurídico.

O dever de licitar decorre do disposto no art. 37, XXI, Constituição Federal, que estabelece que “as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes”, de modo a competir à União editar as normas gerais de licitação, e aos Estados a edição de normas específicas.

Epalta



A Administração Pública possui a tarefa árdua e complexa de manter o equilíbrio social e gerir a máquina pública, composta por seus órgãos e agentes. Por essa razão, não poderia a Lei deixar a critério do administrador a escolha das pessoas a serem contratadas, porque essa liberdade daria margem a escolhas impróprias e escusas, desvirtuadas do interesse coletivo. De fato, os gestores buscariam contratar com base em critérios pessoais, atendendo a interesses privados.

A exigência de um procedimento licitatório busca contornar esses riscos, por ser um procedimento que antecede o próprio contrato, por meio do qual várias pessoas podem concorrer em igualdade de condições e a Administração Pública pode escolher a proposta mais vantajosa, além de atuar na busca do Desenvolvimento Nacional e evitar a contratação do poder público com valores superfaturados e com sobrepreço. Dessa forma, a licitação é um procedimento administrativo prévio às contratações públicas, realizado em uma série concatenada de atos, legalmente distribuídos, culminando com a celebração do contrato.

O artigo 37 XXI da Constituição Federal determina que os contratos administrativos sejam precedidos de licitação pública, bem como o art. 175 da Carta Magna, ao tratar das outorgas de concessões e permissões, também faz referência à obrigatoriedade de licitar, imposta ao ente estatal.

2.1 - Finalidade e abrangência do parecer jurídico

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, § 1º, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais



*apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do **Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União**:*

Enunciado BPC nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos. (grifo nosso)

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. (grifo nosso)

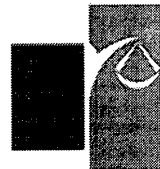
Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração. (grifo nosso)

O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;



III- a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Analizando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da Secretaria solicitante para a instauração do processo de contratação, o ETP - Estudo Técnico Preliminar, a pesquisa mercadológica, a previsão de dotação orçamentária, o TR - Termo de Referência e a minuta do Edital. (grifo nosso)

Ressalto que o PCA - Plano de Contratação Anual não foi acostado junto à solicitação para abertura deste Processo Licitatório. Em que pese não se tratar de ato obrigatório para a realização do certame, uma vez que, o inciso VII, do artigo 12 da NLLC, afere a facultatividade da elaboração do plano anual de contratações, in fine:

ERMA



Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

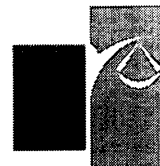
VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto, justificativa, prazo de entrega e condições de execução, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações da Contratante e da Contratada, fiscalização, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XXIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que assim determina:

Art. 6º. Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos: (grifo nosso)

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária.



Por sua vez, o estudo **técnico preliminar apresentado nos autos possuem os seguintes elementos**: definição do objeto, necessidade de contratação e justificativa, especificação técnica e quantitativo do objeto, alinhamento ao plano institucional, requisitos de habilitação, obrigações mínimas do fornecedor, estimativa de preços, resultados pretendidos, riscos e declaração de viabilidade, portanto, encontra-se em perfeita harmonia ao mínimo exigido em lei e disposto no §1º e incisos do artigo 18 da Lei 14.133/2021.

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo se encontram devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

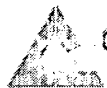
A opção pela Contratação Integrada, conforme relatado no ETP e TR, encontra amparo no art. 6º, inciso XXXII, da NLLC, que a define como o "regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto"].

Este regime é permitido para obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os requisitos do Art. 46 da NLLC, que exige, entre outros, que a contratação integrada seja técnica e economicamente justificada e que o anteprojeto seja suficientemente detalhado. A justificativa apresentada no parecer original, que aponta para a "inovação tecnológica ou técnica" e a possibilidade de adoção de novos métodos de execução, alinha-se com o § 3º do Art. 46, que permite a contratação integrada quando o objeto envolver "inovação tecnológica ou técnica, ou possibilidade de execução com diferentes metodologias". As vantagens econômicas, como a redução de aditivos e a aceleração do cronograma, também são argumentos válidos para a escolha deste regime, desde que devidamente comprovadas.

É crucial que o anteprojeto fornecido aos licitantes seja robusto o suficiente para permitir a elaboração das propostas, mas que também deixe espaço para a inovação e diferenciação, conforme a intenção da Administração. A vedação à subcontratação, mencionada no parecer, deve ser analisada à luz do Art. 120 da NLLC, que permite a subcontratação de partes da obra, serviço ou fornecimento, desde que prevista no edital e no contrato, e que o contratado principal permaneça responsável pela execução integral do objeto. Se a vedação for total, deve haver uma justificativa clara e excepcional para tal restrição.

.4. Do Critério de Julgamento: Menor Preço Global

O critério de julgamento de menor preço global, adotado para esta licitação, está previsto no Art. 33, inciso I, da NLLC. Este critério é adequado para contratações de bens e serviços comuns, onde a qualidade pode ser objetivamente definida e o principal fator de escolha é o custo. No entanto, em contratações integradas, que envolvem complexidade e inovação, a escolha do menor preço global deve ser cuidadosamente justificada, garantindo que a busca pelo menor custo não comprometa a qualidade e a funcionalidade da solução proposta. O Art. 34, § 1º, da NLLC, estabelece que "o julgamento por menor preço ou maior desconto, quando



adotado para a contratação de obras e serviços de engenharia, considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital"].

2.5. Da Dotação Orçamentária e Vigência Contratual

A existência de dotação orçamentária é um requisito legal inafastável para a realização de qualquer contratação pública, conforme o Art. 167, inciso II, da Constituição Federal e o Art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) [2, 3]. O parecer indica a existência de recursos provenientes de Contrato de Repasse entre a União Federal e o Município, além de contrapartida municipal, o que atende a este requisito. A vigência contratual de 12 meses, com possibilidade de prorrogação, deve estar em conformidade com o Art. 105 da NLLC, que trata dos prazos de duração dos contratos .

2.6. Dos Princípios da Administração Pública

Todos os atos da Administração Pública, incluindo os processos licitatórios, devem observar os princípios expressos no Art. 37 da Constituição Federal (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) bem como os princípios específicos da NLLC, elencados no Art. 5º: "legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável" . A menção a esses princípios no parecer original é pertinente e deve ser reforçada, demonstrando que o processo licitatório busca a máxima aderência a esses vetores.

2.7- Da Minuta do Edital

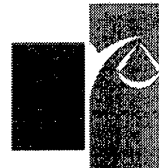
A elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo aquelesido submetido à análise jurídica contendo quatro anexos. Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

O art. 25, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que, "**independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço**, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos". (grifo nosso)

16.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Modelo de proposta de preços;



Anexo II – Minuta de Termo de Contrato

Anexo III - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Anexo IV - MODELO DE CIÊNCIA

Anexo V - MODELO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP/EQUIPARADAS

Anexo VI - Planilha orçamentária e memória e cálculo

Anexo VII - Composição de BDI

Anexo VIII - Ofício de abertura

Anexo IX - Cronograma físico-financeiro

Anexo X - Estudo técnico preliminar (ETP) e demandas

Anexo XI - Decreto 5.811/2023 (IR)

Anexo XII - Termo de referência e Memorial descritivo

Anexo XIII - Relação dos itens no Compras Governamentais

Anexo XIV - Lei 4.853/2022

Anexo XV - Lei 4.971/2023

Anexo XVI - Parecer jurídico abertura

Anexo XVII - Relatório Fotográfico e projeto

Anexo XVIII - Matriz de risco

Anexo XIX - Composições

Anexo XX - Relatório - STP

Anexo XXI - Justificativa inversão de fases

A lei de regência nº 14133/2021 estabelece as seguintes fases do procedimento licitatório:

“Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

I - preparatória;

II - de divulgação do edital de licitação;

III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;

IV - de julgamento;

V - de habilitação;

Prefeitura Municipal de Cataguases - Praça Santa Rita, 462 - Centro - CEP: 36.770-020 –



VI - recursal;

VII - de homologação.

§ 1º A fase referida no inciso V do caput deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do caput deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação.”

No presente caso foi utilizada a possibilidade da inversão de fases prevista no art. 17§1º, da Lei de Licitações, com previsão expressa do edital motivando tal medida em seu anexo XXI, pelo fundamento de se tratar de certame que envolve obra de maior vulto e complexidade técnica, que demanda do contratado comprovada capacidade técnica, experiência em obras de grande porte e robustez econômico-financeira. Dessa forma a inversão de fases atuaria como um filtro preliminar, conferindo maior eficiência ao processo. Ao se fixar que a verificação previa da documentação de habilitação, a Administração irá assegurar que apenas empresas legal, técnica e economicamente qualificadas prossigam para a fase de propostas. Isto posto, se eliminaria o dispêndio de recursos técnicos e tempestivos na análise de propostas de licitantes que, no estágio final, seriam inevitavelmente desclassificados por incapacidade. Outrossim, a inversão garante que a avaliação das propostas só ocorra entre concorrentes cuja habilitação já foi confirmada, minimizando chances de futuras inhabilitações, contestações ou falhas na execução do contrato e oferecendo maior estabilidade jurídica ao processo.

Ao adotar esse modelo, há significativa redução do trabalho e do tempo administrativo, principalmente em certames de alto valor, pois evita retrabalho e foca a análise detalhada apenas nos proponentes que já se mostraram aptos.

Quando o objeto é complexo, a análise técnica não pode ser dissociada da capacidade global do licitante; a habilitação prévia torna-se requisito indispensável para avançar nas fases de julgamento, garantindo que o procedimento atenda ao interesse público e ao princípio da economicidade. Circunstância essa enfatizada ainda mais pelo fato de se tratar de contratação integrado no qual projetos básico e executivo também ficarão a cargo do contratante.

2.8 - Da Minuta do Contrato

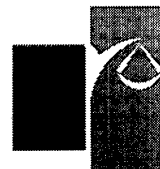
Se faz necessário que o acordo firmado seja devidamente instrumentalizado em Contrato, visto não se enquadrar nas hipóteses de exceção quanto a obrigatoriedade do instrumento, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, sendo:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação e razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

Prefeitura Municipal de Cataguases - Praça Santa Rita, 462 - Centro - CEP: 36.770-020 - 1



§1º. Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto o art. 92 desta Lei.

Tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro. (grifo nosso)

O edital em seu item 4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação, estabelece que foi determinada a inversão de fases, devendo a habilitação ser previa a fase de proposta, justificado pelo vantajosidade de só se analisar as propostas daqueles que comprovarem a sua habilitação. No item 4.12 foi prevista a realização de vistoria técnica no local para uma formulação mais adequada da proposta.

No tópico 6.5 que trata dos lances em seu subitem 6.5.1 estabelece que o lance deverá ser ofertado pelo valor global. Outrossim, consta na minuta do edital que será adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, nos termos do item 6.5.5 serão apresentados lances abertos e ao final um único lance fechado. Para concluir, conforme clausula 6.5.23:” 6.5.23 Encerrada a fase de lances e concluída a negociação, o agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, definido a critério do agente de contratação conforme a complexidade do objeto licitado e a extensão da planilha, apresente a proposta comercial adequada ao último lance ofertado. A proposta deverá estar acompanhada, conforme o caso, da planilha de custos e formação de preços, cronograma físico-financeiro, BDI e demais documentos complementares necessários à confirmação da compatibilidade com os critérios definidos neste Edital.”

Ademais, pelo fato de se tratar de obra de considerável valor foi exigida a garantia de proposta no patamar de 1% (um por cento) do valor estimado. Conforme veiculado no edital serão admitida qualquer das modalidades previstas no art. 96, § 1º da Lei de Licitações 14133/21.

Outrossim, deve ser mencionado que o edital exige qualificação técnica, prevendo o atendimento a tais requisitos:

***Atestado de Capacidade Técnica:** Emitido por pessoa jurídica pública ou privada, comprovando experiência em serviços compatíveis com o objeto da licitação.

- **Declaração de Engenheiro Responsável:** Indicação de profissional habilitado e disponível, assinada pelo representante legal da empresa.
- **Atestado em Nome do Responsável Técnico:** Emitido por entidade pública ou privada, comprovando atuação técnica compatível, com vínculo ao quadro permanente da empresa na data da proposta.
- **ART ou RRT:** Documento emitido pelo CREA ou CAU, vinculando o profissional habilitado aos serviços compatíveis.



Por fim no subitem 8.10.5.5 prevê o seguinte: Para fins de comprovação de atestado deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: Elaboração de projetos e execução de quantidades mínimas de 50% (cinquenta por cento) do comprimento de extensão da aduela (756m) , da cortina de contenção (67m) e interceptor de esgoto (617m). Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante. Já no subtópico seguinte traz a necessidade de um termo de compromisso de que o responsável técnico da proposta será o responsável técnico da obra. Desse modo será realmente aferida a expertise da contrata em executar a obra licitada.

2.9 - Publicidade do edital e do termo do contrato

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e **do termo de contrato** no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os **art. 54, caput e §1º e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021**.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** dos documentos elaborados na fase preparatória que por ventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

O presente parecer é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela gestão pública.

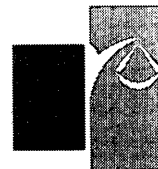
Ademais, conforme consta no estudo técnico preliminar foi deixado maior liberdade técnica para os licitantes apresentarem diversas soluções para a intervenção urbanística, devendo o Município escolher a proposta mais vantajosa de acordo com o estabelecido no edital de regência, estando a minuta de contrato anexa ao edital. Tal escolha da administração se coaduna perfeitamente com o regime de contratação integrada.

Para tal explicação deve ser feita uma breve digressão:

O instituto da contratação integrada foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pelo **Decreto Federal n. 2.745/1998**, inicialmente com aplicação restrita à Petrobrás. Posteriormente, foi consolidado pela **Lei n. 12.462/11** (Lei do RDC) e serviu de inspiração para a previsão da contratação semi-integrada na **Lei n. 13.303/2016** (Lei das Estatais). Mais recentemente, a modalidade foi incorporada pela **Lei n. 14.133/21** (Nova Lei de Licitações).

Conceito e Características

Trata-se de um regime de execução indireta no qual um único contratado é responsável por todo o ciclo do empreendimento: desde a elaboração dos projetos básico e executivo, passando pela execução de obras e serviços, fornecimento de bens, até a montagem, testes, pré-operação e



entrega final do objeto pronto para funcionamento (Art. 6º, II da Lei 14.133/21). Em suma, é um regime restrito a obras e serviços de engenharia que envolve a atuação de um particular da concepção à entrega final.

Evolução dos Requisitos e a Questão Interpretativa

A principal discussão doutrinária reside nos requisitos para sua utilização.

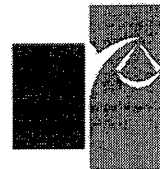
1. **Visão Restritiva (Lei do RDC e Lei das Estatais):** Historicamente, a contratação integrada estava condicionada a circunstâncias específicas, como:
 - Inovação técnica ou tecnológica;
 - Possibilidade de execução por distintas metodologias;
 - Utilização de tecnologias de domínio restrito no mercado.Essa visão, ainda majoritária na doutrina, defende que a "complexidade" do objeto é um elemento indispensável e inerente ao conceito da contratação integrada. Para autores como Rafael Wallbach Schwind e Rodrigo Vissotto Junkes, a ausência de previsão expressa na Lei 14.133/21 não afasta a necessidade de se resgatar o sentido consolidado do instituto, sob pena de a Administração deixar de cumprir seu dever de planejamento.
2. **Visão Ampliativa (Lei 14.133/21):** Diferentemente de suas antecessoras, a nova lei não repetiu expressamente as restrições citadas. Isso permite uma interpretação de que os requisitos são menos rígidos, podendo a modalidade ser utilizada independentemente da complexidade técnica extrema. Conforme leciona Joel de Menezes Niebuhr, a Administração não está mais obrigada a comprovar as mesmas justificativas estritas, mas deve, ainda assim, fundamentar o interesse público na escolha, uma vez que o regime continua sendo excepcional em relação aos demais.

Logo se observa que pelo fato de ser franqueado aos licitantes apresentarem a execução do projeto por diferentes metodologias técnica a realização da contratação integrada realmente é a opção mais recomendada juridicamente.

3 - DO PARECER

Considerando a justificativa plausível e necessária por parte da Secretaria de Obras, quanto a abertura para o processo licitatório em questão, visando a escolha para a contratar licitante apto, assegurando a qualidade e a eficiência na execução dos serviços a serem contratados, promovendo a valorização dos recursos públicos e o atendimento adequado às necessidades da população.

Os documentos acostados, estão em conformidade com o Edital trazido para apreciação e análise prévia, sendo considerado a "lei" interna da licitação, donde define tudo o que for importante para o certame, vinculando os licitantes e a Administração Pública à sua observância. Importante frisar que Edital não é LEI, mas sim, um ato administrativo submetido



à lei, devendo ser formulado de acordo com as disposições legais, o que consta deste apresentado.

O presente parecer é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela gestão pública. **(destaquei)**

4 – CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, essa Procuradoria opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo de abertura do Processo Licitatório nº 179/2025, uma vez que se encontram preenchidos os requisitos necessários para sua implementação.

Por fim, sublinhe-se que a presente apreciação tomou por base os documentos constantes no Memorando nº 858/2025, sendo objeto de apreciação pelo setor competente.

À consideração superior.

Salvo melhor juízo. É o Parecer.

Cataguases, 17 de outubro de 2025

Estevão Rocha Malta

Procurador do Município

OAB/MG 177.178